

## CONFERÊNCIA DO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO FINANCEIRA LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2021-2025

---

Intervenção da Senhora Presidente da ASF, Dra. Margarida Corrêa de Aguiar,  
na conferência de apresentação das linhas estratégicas do Plano Nacional de Formação  
Financeira para o horizonte 2021-2025

**Lisboa, 26 de novembro de 2021**  
Museu do Dinheiro

Transmissão em direto no *site* da ASF e no Portal Todos Contam

Muito bom dia a todos,

Cumprimento todos os presentes, em especial os membros do CNSF, o Senhor Governador do Banco de Portugal, Prof. Mário Centeno, o Senhor Vice-Governador do Banco de Portugal, Dr. Luís Máximo dos Santos e o Senhor Administrador da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Dr. Rui Pinto.

Muito obrigada também aos Senhores Conferencistas e Moderadores que aceitaram participar neste evento, enriquecendo-o com as suas perspetivas.

Dirijo um cumprimento especial aos representantes dos parceiros estratégicos do Plano Nacional de Formação Financeira aqui presentes e a todos os que nos acompanham à distância.

Minhas senhoras e meus senhores.

- Em 2011 o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros avançou para a criação de um Plano Nacional de Formação Financeira.

Fê-lo por considerar que a educação financeira constitui um importante complemento das medidas de proteção do consumidor, o objetivo último dos supervisores, promovendo a estabilidade financeira.

Hoje, 10 anos após o lançamento do Plano, a relevância de uma estratégia nacional de educação financeira é reconhecida em todo o mundo, sendo a nossa estratégia apontada como um caso de sucesso e como referência para outros países.

É, por isso, com muita satisfação que olhamos para o muito que foi alcançado em 10 anos.

Há, de facto, um elemento que nos diferencia e que considero ser o motor de tantos e tão variados projetos.

Esse “ingrediente secreto” assenta no facto de termos reconhecido, desde o primeiro momento, que a união faria a força e que só com o esforço de muitos seria possível alcançar objetivos tão ambiciosos.

- Mas mais do que recordar o passado, este é o momento de olharmos juntos para o futuro.

As atuais condições sociais e macroeconómicas, a par da aceleração do processo de transformação digital, impõem uma nova reflexão sobre as prioridades da estratégia nacional para a formação financeira.

Esta reflexão tornou-se ainda mais premente face à pandemia da COVID-19, que veio pôr em evidência o profundo impacto de situações adversas no bem-estar económico e financeiro da população.

Se há 10 anos considerámos que tínhamos em mãos uma tarefa difícil, partindo do zero, julgo que aquela a que nos propomos hoje não é menos desafiante.

E é por isso que o envolvimento e o contributo de todos continuam a ser fundamentais.

Queremos chegar a mais pessoas e apoiar aquelas que ficaram mais expostas ao impacto adverso da pandemia.

As vulnerabilidades financeiras dos consumidores são hoje resultado de diferentes circunstâncias e assumem diversas formas, exigindo a sua mitigação uma abordagem multifacetada, na qual a formação financeira tem um importante contributo a dar.

- As novas linhas estratégicas do Plano, que hoje apresentamos, pretendem ir ao encontro dos desafios atuais e emergentes, com especial enfoque na inclusão financeira e digital, na necessidade crescente de assegurar uma rápida transição para uma economia sustentável e no reforço da resiliência financeira dos indivíduos e das famílias.

As novas linhas estratégicas do Plano remetem-nos para o tema da resiliência e da inclusão económica e social.

A necessidade de antecipar despesas futuras inesperadas, o adequado recurso ao crédito e a conveniente cobertura de riscos, a par de opções de poupança, são exemplos simples de como se pode trabalhar a resiliência financeira.

Em matéria de resiliência, um dos grandes desafios que se coloca ao nosso País é reorganizar-se para dar resposta à complexa realidade do envelhecimento da população, resultante do aumento progressivo da esperança média de vida e da descida da taxa de natalidade.

O aumento da longevidade está a forçar uma alteração na forma como o rendimento e o consumo são distribuídos ao longo do ciclo de vida: é necessário gerar mais rendimento e/ou acumular mais poupança durante a vida ativa.

Esta realidade é complexa porque tem reflexos em várias vertentes, entre as quais, a gestão e a qualidade do ciclo de vida, a oferta de respostas sociais, a prestação de cuidados de saúde a uma população cada vez mais envelhecida, a gestão das relações e responsabilidades familiares, a economia, os hábitos de poupança, a organização do trabalho e da sociedade, o emprego e a ocupação do tempo.

- Em termos históricos, Portugal apresenta um perfil de poupança dos particulares relativamente baixo que, conjugado com as perspetivas de envelhecimento da população, nos convoca a agir em relação à adequação dos rendimentos nas idades mais avançadas.

No nosso País, e apesar da recuperação verificada em 2020 e no início de 2021, a taxa de poupança das famílias, de 9,5% em junho, de acordo com a Eurostat, continua consistentemente abaixo da média da União Europeia, que se situava em 18,1% em idêntico período.

A este respeito, de acordo com um inquérito conduzido em 2017 pelo Banco Central Europeu, a percentagem de famílias com planos voluntários de pensões/seguros em Portugal era igual a 13,2%, menos de metade da percentagem apurada para a área do Euro, 28,4%.

Estes indicadores sugerem que o reforço da resiliência financeira passa, também, pela tomada de consciência para a necessidade de poupar para o futuro, de forma a criar redes complementares de segurança que permitam envelhecer com dignidade.

- Uma das formas de mitigar o risco de pobreza na velhice passa por uma maior diversificação pelos três pilares de proteção social, ou seja, procurando soluções que permitam estimular a poupança coletiva e individual para a reforma.

O atual peso e abrangência dos regimes complementares de pensões em Portugal evidencia que existe potencial de expansão dos mesmos.

No entanto, fatores como o contexto prolongado de baixas taxas de juro induzem uma quebra estrutural nos atuais modelos de organização e financiamento dos sistemas de proteção social, que requerem novas abordagens e soluções na procura de modelos complementares e sustentáveis.

Neste âmbito, importa destacar a importância de alguns produtos do ramo Vida e dos fundos de pensões na captação de poupança individual e coletiva para a formação de benefícios complementares na reforma.

Esta importância está condicionada, em boa medida, pela capacidade de poupança das famílias e das empresas.

Mas está, também, dependente do posicionamento da própria atividade seguradora e de gestão de fundos de pensões de mobilização daquela poupança, através de soluções inovadoras que possam trazer à sociedade.

Neste contexto, gostava de referir em particular a solução pan-europeia de poupança para a reforma, conhecida por PEPP.

Este produto individual de reforma, que complementa os regimes nacionais de pensões e que poderá ser comercializado a partir de março de 2022, apresenta um conjunto harmonizado de características fundamentais, comuns em todo o território comunitário, nomeadamente

quanto ao conteúdo mínimo dos contratos e à política de investimento, permitindo a mudança de prestadores e a portabilidade entre operadores de Estados-membros diferentes.

- Quando falamos de poupança de longo prazo, é essencial ter presente uma função informativa e pedagógica que contribua para melhorar a literacia financeira e para desenvolver uma cultura de responsabilidade individual, no sentido de as pessoas se envolverem de uma forma consciente e responsável em decisões de poupança.

A literacia financeira tem aqui, sem dúvida alguma, um papel relevante para apoiar as pessoas a tomarem decisões sustentáveis.

Por outro lado, quando falamos de resiliência financeira, incluímos, também, a acessibilidade aos produtos financeiros, muitos deles comercializados através de canais digitais.

E se é inegável que a transformação digital veio criar oportunidades, também veio gerar novos riscos, nomeadamente a exclusão financeira e digital, cujo combate se apresenta como uma linha de ação prioritária, pois atingem uma franja de população menos capacitada e, como tal, mais vulnerável.

- São estes e outros desafios a que pretendemos dar resposta com a operacionalização das linhas orientadoras para os próximos 5 anos, que hoje aqui apresentamos.

Um plano estratégico é uma ferramenta absolutamente indispensável, constituindo um guia que permite que todos os parceiros do Plano entendam os objetivos a atingir e conjuguem os seus esforços.

Também nesta fase é essencial o envolvimento de todos os *stakeholders* com contributos que permitam o enriquecimento do documento das linhas estratégicas do Plano Nacional de Formação Financeira para o horizonte 2021-2025.

Concluo, fazendo votos de que possamos continuar este caminho da mesma forma que o iniciámos: juntos em torno desta causa comum em que Todos Contam.

Muito obrigada pela vossa atenção.